



CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA, INTEGRIDADE
E COMBATE À CORRUPÇÃO

RELATÓRIO 2024

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO – CGU
Setor de Autarquias Sul (SAUS), Quadra 5, Bloco A
Ed. Multibrasil, Brasília/DF - CEP: 70.070-050
cgu@cgu.gov.br

VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO
Ministro da Controladoria-Geral da União

EVELINE MARTINS BRITO
Secretária-Executiva

RONALD DA SILVA BALBE
Secretário Federal de Controle Interno

FERNANDA ALVARES DA ROCHA
Corregedora-Geral da União

VALDIRENE PAES DE MEDEIROS
Ouvidora-Geral da União

MARCELO PONTES VIANNA
Secretário de Integridade Privada

PATRICIA ALVARES DE AZEVEDO OLIVEIRA
Secretária de Integridade Pública

LIVIA OLIVEIRA SOBOTA
Secretária Nacional de Acesso à Informação

Equipe Técnica:
CÍCERA AUCILENE MARTINS MONTEIRO
IASMIN LEIROS SARMENTO DA SILVA

CONTEÚDO

1	INTRODUÇÃO	4
2	REUNIÕES	5
2.1	2ª Reunião Extraordinária	5
2.2	Reunião de Informe	5
2.3	3ª Reunião Ordinária	5
2.3	3ª Reunião Extraordinária	6
2.4	Reunião de Informe	6
2.5	4ª Reunião Extraordinária	6
2.6	4ª Reunião Ordinária	6
3	RELATÓRIOS DE ATUAÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO	7
3.1	GT1 - Governo Aberto	7
3.2	GT2 - Monitoramento e avaliação de políticas públicas	7
3.2	GT3 - Fomento à Integridade Privada	7
3.4	GT4 - Acesso à Informação e Transparência	8
3.5	GT5 - Mudanças Climáticas e Integridade Ambiental	8
4	PROCESSOS PARTICIPATIVOS DO CONSELHO	9
4.1	G20	9
4.2	Plano de Integridade e Combate à Corrupção 2025/2027	9
4.3	Plano Clima	10
4.4	Alterações Normativas da LAI	10
5	OUTRAS AÇÕES E INICIATIVAS	11
5.1	Fórum Interconselhos	11
5.2	Cúpula Social do G20	11
5.3	Atividade Autogestionada	11
5.4	América Aberta	12
5.5	Dia Internacional Contra a Corrupção	12
6	REFERÊNCIAS:	13

1 INTRODUÇÃO

Em atendimento ao Art. 23 da Resolução nº 7, de 22 de novembro de 2023, que aprova o Regimento Interno do Conselho de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção – CTICC, este relatório foi produzido com o objetivo de apresentar o balanço sucinto das ações realizadas no âmbito do CTICC e de seus respectivos Grupos de Trabalho Temático no ano de 2024, com informações sobre o balanço geral dos GTs, as reuniões realizadas, os processos participativos, a participação em eventos e registros fotográficos.

O CTICC, órgão consultivo vinculado à estrutura da Controladoria-Geral da União, foi instituído pelo Decreto nº 11.528, de 16 de maio de 2023, o qual revogou o Decreto nº 9.468, de 13 de agosto de 2018, que dispunha sobre o Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção (CTPCC). A mudança objetivou a renovação do Conselho, com a inclusão da temática de integridade em seu escopo de atuação, e aumento da participação da sociedade civil.

O colegiado é composto por 11 membros representantes do governo e 30 membros representantes da sociedade civil, designados pela Portaria nº 2.250, de 23 de junho de 2023, e tem por finalidade debater e sugerir medidas de aperfeiçoamento e fomento de políticas e estratégias, no âmbito da administração pública federal, e monitorar e avaliar políticas públicas e serviços públicos destinados à transparência e ao combate à corrupção. Além disso, cabe ao Conselho sugerir ações voltadas para a valorização da troca de experiências, transferência de tecnologia, capacitação e articulação intragovernamental no âmbito das competências listadas anteriormente.

O quadro a seguir apresenta as ações do CTICC em 2024:

Ações	Quantidade
Reunião ordinária	2
Reunião extraordinária	3
Reunião de GT	27
Reunião de Produto	21
Reunião de Compartilhamento	8
Reunião de Informe	2
Reunião de Consolidação – prospecção de ações de integridade e enfrentamento da corrupção	1
Entrega de Produtos	9
Total	73

2 REUNIÕES

2.1 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Em 21 de março de 2024, realizou-se a 2ª Reunião Extraordinária do CTICC, em formato remoto. O objetivo principal foi apresentar as atividades em desenvolvimento no âmbito do G20 e as prioridades do Grupo de Trabalho Anticorrupção (GTAC). Além disso, os representantes do Conselho foram convidados a participar do G20 Social, evento que ocorreu no Rio de Janeiro em novembro.



2.2 REUNIÃO DE INFORME

Em 21 de maio de 2024, foi realizada a reunião de informe sobre o Comitê Extraordinário de Enfrentamento à Calamidade Pública no Rio Grande do Sul, instituído em 6 de maio de 2024, por meio da Portaria nº 1.250. O objetivo do Comitê consiste em atuar como apoio da CGU aos órgãos e entidades públicas, na simplificação dos processos de liberação de recursos e na garantia da correta aplicação dos recursos federais.



2.3 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Em 12 de junho de 2024, foi realizada em Brasília a 3ª Reunião Ordinária do CTICC, cujo objetivo foi apresentar os informes gerais, a saber: Relatório das Ações de 2023; Plano de Integridade e Combate à Corrupção; participação do CTICC para as edições do Fórum Interconcelhos; devolutiva do processo participativo do CTICC no G20; Comitê Extraordinário da CGU de Enfrentamento à Calamidade Pública no Rio Grande do Sul e; informe sobre o Programa de Fortalecimento de Corregedorias. Na ocasião, o Ministro e Presidente do CTICC apresentou a nova Secretária-Executiva da CGU, Eveline Brito.



2.3 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Em 29 de julho de 2024 foi realizada 3ª Reunião Extraordinária do CTICC, em formato remoto, cujo objetivo foi aprovar as contribuições do Conselho para a prospecção de ações de integridade e enfrentamento da corrupção.



2.4 REUNIÃO DE INFORME

Em 9 de setembro de 2024, realizou-se a Reunião de Informe, etapa do Processo Participativo do Plano Clima. O objetivo foi validar as contribuições do CTICC para o Plano. Durante o processo, as entidades da sociedade civil do Conselho consolidaram propostas para inclusão na elaboração técnica do novo Plano. As contribuições, de formato livre, deveriam abordar pelo menos dois dos pilares do Plano Clima: mitigação e adaptação de cidades e ambientes naturais às mudanças climáticas.

2.5 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Em 16 de setembro de 2024 foi realizada a 4ª Reunião Extraordinária do CTICC, cujo objetivo central consistiu em apresentar a proposta de atualização do sistema de consulta de emendas parlamentares no Portal da Transparência, em atendimento à determinação do Supremo Tribunal Federal (STF), bem como coletar as contribuições e sugestões dos conselheiros presentes acerca das modificações propostas para a referida atualização.



2.6 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Em 10 de dezembro de 2024, realizou-se a 4ª Reunião Ordinária do CTICC, que teve como objetivos: (i) apresentar o balanço das ações do Conselho em 2024, com ênfase nas iniciativas relacionadas à transparência e rastreabilidade das emendas parlamentares; (ii) revisitar o histórico da participação do CTICC no processo de alterações normativas do Decreto 7.724/2012 e Lei 12.527/11; (iii) estabelecer as prioridades de atuação para o ano de 2025; e (iv) criação do Grupo de Trabalho “Mudanças Climáticas e Integridade Socioambiental” (GT5).



3.1 GT1 - GOVERNO ABERTO

Em 2024, o GT de Governo Aberto participou de 6 reuniões específicas; 2 reuniões gerais do CTICC; e acompanhou 12 reuniões de monitoramento dos compromissos do 6º Plano de Ação Nacional. Adicionalmente, o grupo esteve envolvido em trabalhos assíncronos para atuar na elaboração e execução de diversas atividades, tais como:

- *Implementação do monitoramento do 6º Plano de Ação Nacional;*
- *Elaboração da Metodologia das Reuniões com a Sociedade Civil (a partir dessa metodologia, foram realizados dois encontros);*
- *Contribuições do Brasil no G20;*
- *Propostas de ações para o Plano de Integridade e Combate à Corrupção 2025-2027;*
- *Participação no evento América Aberta;*
- *Participação na elaboração dos Boletins de Governo Aberto;*
- *Elaboração da Metodologia de Revisão do 6º Plano de Ação Nacional (elaboração prevista para 2025, mas conversas iniciais foram realizadas em 2024);*

Considerando as atividades realizadas no ano 2024, conforme apresentadas acima, o produto previsto “Relatório Parcial de Monitoramento do Plano” não foi elaborado dessa forma, uma vez que as atividades de monitoramento do Plano são registradas em relatórios trimestrais específicos e divulgados em transparência ativa. Assim, as atividades desenvolvidas têm interface direta no processo de monitoramento do Plano e contribuem com o seu aprimoramento, sem necessariamente resultar em relatório consolidado.

3.2 GT2 - MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O GT de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas realizou 9 reuniões em 2024, e entregou como produtos a **Página de Consulta de Relatórios de Auditoria** e a **Pesquisa de Experiência do Usuário**. Foi repactuado o prazo para entrega dos produtos **Atualização da Cartilha Olho Vivo no Dinheiro Público** e o **Relatório de Monitoramento do Concurso Nacional Unificado (CNU)**. Além disso, até o final de 2024 encontrava-se em andamento a publicação da avaliação de serviços públicos federais.

3.2 GT3 - FOMENTO À INTEGRIDADE PRIVADA

O GT de Fomento à Integridade Privada realizou 16 reuniões em 2024, com a entrega de produtos da primeira fase, que abordam novos temas para as estratégias de promoção da integridade privada, abrangendo as áreas de direitos humanos, responsabilidade socioambiental e corrupção privada – Produtos 3A1, 3A2 e 3A3.

No final de 2024, o GT3 apresentou mais dois produtos: a elaboração de proposta novos

quesitos de avaliação para os programas de fomento à integridade privada da CGU, Pró-Ética e Pacto Brasil pela Integridade Empresarial, relacionados às dimensões de direitos humanos e responsabilidade socioambiental – Produtos 3B1 e 3B3.

Atualmente, as atividades do GT3 estão focadas na elaboração de um guia ou cartilha sobre Direitos Humanos e Responsabilidade Socioambiental, que consolidará os temas discutidos nas etapas anteriores. Além disso, existe um planejamento de trabalho relativo ao tema corrupção privada, entretanto as discussões sobre essa temática ainda não foram iniciadas e sua viabilidade será reavaliada pelo grupo. Todas essas iniciativas visam fortalecer as práticas de integridade no setor privado e promover um ambiente empresarial mais ético e responsável.

3.4 GT4 - ACESSO À INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

O Grupo de Trabalho (GT) de Acesso à Informação e Transparência realizou 17 reuniões, fortalecendo a colaboração entre governo, academia e sociedade civil. Como resultado dessa interação, foram entregues produtos diversos, entre eles, os Relatórios de Contribuições, que subsidiaram o desenvolvimento de ferramentas nos projetos da CGU com estados e municípios, incluindo a Autoavaliação, e a Escala Brasil Transparente.

Além disso, foi criado um Grupo de Estudos e Pesquisa Bibliométrica, com o objetivo de reunir e analisar publicações científicas e relatórios sobre o cumprimento da Lei de Acesso à Informação (LAI), bem como estratégias para fortalecer a transparência e o acesso à informação.

Alguns produtos ainda estão em desenvolvimento e serão concluídos em 2025. Entre eles, destacam-se a inclusão de conteúdo sobre Acesso à Informação na Cartilha Olho Vivo e as recomendações para a implementação e governança da RedeLAI.

3.5 GT5 - MUDANÇAS CLIMÁTICAS E INTEGRIDADE AMBIENTAL

O GT5 foi instituído pelo Ato nº 12, de 6 de dezembro de 2024, com os objetivos de, em questões relacionadas às mudanças climáticas e integridade socioambiental:

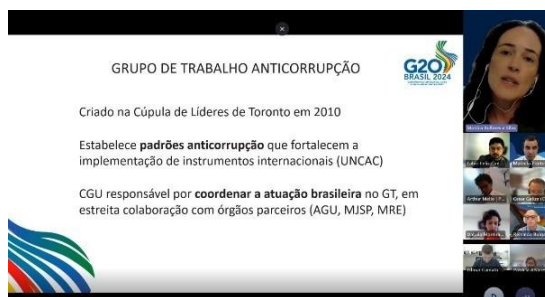
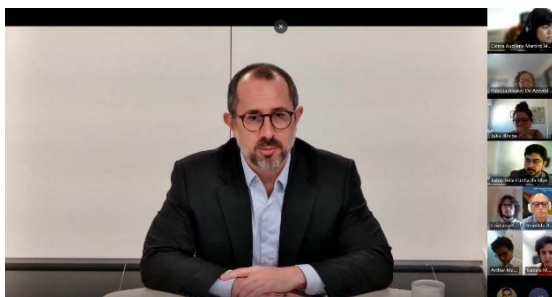
- i) debater e sugerir medidas de aperfeiçoamento e fomento de políticas e estratégias, no âmbito da administração pública federal, sobre combate à corrupção, controle social para acompanhamento e fiscalização da aplicação de recursos públicos, governo aberto, transparência e acesso à informação pública e integridade privada;
- ii) monitorar e avaliar políticas públicas e serviços públicos atinentes à transparência, integridade e combate à corrupção; e
- iii) contribuir para o aprimoramento de outras atividades relacionadas às temáticas de cada Grupo de Trabalho Temático do CTICC.

O GT 5 deu início aos seus trabalhos com a priorização dos seguintes temas específicos: “Transparência, Integridade e Participação Socioambiental na COP30”, e “Promoção da transparência e abertura de dados em temas ambientais”.

4 PROCESSOS PARTICIPATIVOS DO CONSELHO

4.1 G20

Em 2024, o Brasil sediou a Presidência do G20, tendo a Controladoria-Geral da União (CGU) atuado como coordenadora do Grupo de Trabalho Anticorrupção (GTAC). Com o apoio técnico do CTICC, a CGU consolidou as proposições em um documento único, que serviu de base para a elaboração do relatório final do GTAC. A devolutiva das contribuições do CTICC para o Relatório foi apresentada em 12 de junho de 2024, na 3ª Reunião Ordinária do CTICC.



4.2 PLANO DE INTEGRIDADE E COMBATE À CORRUPÇÃO 2025/2027

O processo participativo do CTICC no Plano de Integridade e Combate à Corrupção teve início durante a 3ª Reunião Ordinária do Conselho. As diversas entidades da sociedade civil que compõem o colegiado enviaram um total 63 propostas relacionadas aos quatro eixos do Plano, entre as quais foram contempladas 41 no documento final.



4.3 PLANO CLIMA

No dia 20 de agosto de 2024, foram apresentadas orientações às entidades da sociedade civil do CTICC para a elaboração de propostas previstas ao Plano Clima. Essas propostas foram posteriormente validadas pelos membros do CTICC em reunião realizada em 9 de setembro, no âmbito do Conselho. Por fim, em 12 de setembro, seis representantes do CTICC participaram de uma reunião virtual do Fórum Interconselhos, na qual foram consolidados e aprovados os encaminhamentos, incluindo as propostas para o Plano Clima enviadas pelos Conselhos Nacionais.

4.4 ALTERAÇÕES NORMATIVAS DA LAI

Em maio foi feito o levantamento de sugestões de alterações normativas da LAI no âmbito do GT4 – Acesso à Informação e Transparência. No dia 8 de novembro foram disponibilizadas aos representantes da sociedade civil – titulares e suplentes – as minutas de alteração do Decreto nº 7.724/2012 e da Lei nº 12.527/2011. Foram recebidas sugestões das seguintes entidades: CNI, IBPT, Abraji, Artigo 19, Fiquem Sabendo, OKBR, Transparência Brasil e Transparência Internacional Brasil.

5 OUTRAS AÇÕES E INICIATIVAS

5.1 FÓRUM INTERCONSELHOS

Foram realizadas 3 edições do Fórum Interconselhos. Na edição de julho foram tratadas as pautas do Plano Plurianual (PPA), Plano Clima, Calamidade do Rio Grande do Sul e participação no G20 Social. Estiveram presentes os membros do CTICC representantes das seguintes entidades: INESC (Carmela Zigoni), IBGC (Renan Perondi), OXFAM Brasil (Maitê Gauto) e OKBR (Haydée Svab). Na edição de setembro a reunião ocorreu de forma virtual, cuja pauta foi a validação de todas as propostas encaminhadas pelos Conselhos Nacionais para o Clima Participativo. A edição de novembro foi realizada no âmbito do G20 Social, no Rio de Janeiro. Na ocasião foram apresentados os resultados do PPA, as estratégias para formação de conselheiros, e a abertura da Cúpula Social do G20.



5.2 CÚPULA SOCIAL DO G20

Confluência social, política e cultural construída ao longo de 2024, com o objetivo de ampliar a participação de atores não governamentais nas atividades e nos processos decisórios do G20. Além disso, o evento contou com três plenárias temáticas (combate à fome e às desigualdades; mudanças climáticas e transição justa; reforma da governança global) e 271 atividades autogestionadas. O acúmulo de debates e materiais compartilhados e validados nos espaços do G20 Social foi incorporado à Declaração Final, um documento de consenso entregue ao Presidente Lula e levado à reunião do G20 com os líderes mundiais.

5.3 ATIVIDADE AUTOGESTIONADA

No âmbito do G20 Social, o CTICC realizou a atividade autogestionada intitulada “**Contribuições da Transparência, Integridade e Combate à Corrupção para o Desenvolvimento Sustentável**”. Para essa atividade, as propostas do CTICC para o Plano Clima serviram como base conceitual da apresentação.



Além dos representantes da Assessoria Especial de Participação Social e Diversidade da CGU, Fábio Félix e Anjuli Tostes, participaram da atividade membros do CTICC representantes das seguintes entidades: Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), Open Knowledge Brasil (OKBR), Fiquem Sabendo, Agenda Pública, Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig), Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Transparência Internacional Brasil e Transparência Brasil.

5.4 AMÉRICA ABERTA

Em dezembro de 2024, Brasília sediou pela primeira vez no Brasil o evento América Aberta, reunindo grandes encontros internacionais voltados para pesquisa, publicação e uso de dados abertos. O evento abordou temas como transparência, acesso à informação, governo aberto, tecnologias cívicas, jornalismo de dados e equidade.

A programação incluiu atividades nacionais e internacionais de destaque, como a ABRE-LATAM/CONDATOS, CODA.Br, Semana Dados BR e Encontros de Governo Aberto. O evento foi realizado no Instituto Serzedello Correa em Brasília, e contou com a coordenação da CGU, Open Knowledge Brasil (OKBR), NIC.br e COLAB/USP, além do apoio de organizações como OEA, ILDA, OCDE e OGP.

5.5 DIA INTERNACIONAL CONTRA A CORRUPÇÃO

Os membros do CTICC foram convidados a participarem do Dia Internacional Contra a Corrupção, realizado em 9 de dezembro no auditório da CGU em Brasília. O evento marcou o início da Semana do Encontro dos Dirigentes. Durante o encontro foi apresentado um balanço detalhado de todas as ações da Controladoria, como a publicação de 447 relatórios de auditoria e os consequentes resultados em benefícios financeiros, que chegam a pelo menos R\$ 1,87 bilhão.

6 REFERÊNCIAS:

BRASIL. Ato nº 12, de 6 de dezembro de 2024. Institui o Grupo de Trabalho Temático sobre Mudanças Climáticas e Integridade Socioambiental (GT5). Diário Oficial da União: Seção 2, Brasília, DF, p. 60, 10 dez. 2024.